

ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA, <i>Cristina Freitas e Susana Almeida</i>	7
AUTONOMIA E ENSINO DO DIREITO DO CONSUMO NO SÉCULO XXI, <i>Adelaide Menezes Leitão</i>	11
DIRITTI DEI CONSUMATORI E MERCATO IN ITALIA, <i>Alfredo Calderale</i>	33
O CONSUMIDOR ENQUANTO CREDOR DA INSOLVÊNCIA DE FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS, <i>Ana Filipa Conceição Catarina Frade</i>	99
DA ACÇÃO COLECTIVA, <i>Ângela Frota</i>	123
CONTRATOS FORÇADOS E LIBERDADE CONTRATUAL ENQUADRAMENTO JUSCOMPARATÍSTICO DO DEVER <i>EX LEGE</i> DE CONTRATAR E DE NÃO CONTRATAR, <i>António Barroso Rodrigues</i>	141
A LIVRE DESVINCULAÇÃO DO CONSUMIDOR NA CONTRATAÇÃO À DISTÂNCIA E FORA DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL, <i>Carlos Lacerda Barata</i>	215
PRIVACY BY DEFAULT E PRIVACY BY DESIGN COMO FORMA DE PROTECÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DOS CONSUMIDORES, <i>Daniela Rodrigues de Sousa</i>	269
A POSIÇÃO DO GARANTE NOS CONTRATOS DE CRÉDITO AO CONSUMO, <i>Dina Freitas Teixeira</i>	313
CONTRATOS CELEBRADOS A DISTÂNCIA, DAS VENDAS POR CORRESPONDÊNCIA ÀS PLATAFORMAS EM LINHA: UM NOVO PARADIGMA NA CONTRATAÇÃO?, <i>Fernanda Rebelo</i>	369
CRÉDITO AOS CONSUMIDORES, <i>Fernando Gravato Morais</i>	419

CLÁUSULAS DE FIDELIZAÇÃO NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS (I), <i>Francisco Rodrigues Rocha</i>	443
ANÁLISIS DE LA PROBLEMÁTICA EN TORNO A LA RESPONSABILIDAD CIVIL DERIVADA DE LA VULNERACIÓN DEL DERECHO DE PROTECCIÓN DE DATOS PERSONALES, <i>Guillermo Orozco Pardo e Margarita Orozco González</i>	477
SOBRE O POTENCIAL APLICATIVO DE SMART CONTRACTS EM SEDE DE DIREITOS DOS PASSAGEIROS AÉREOS, <i>Hugo Ramos Alves</i>	491
EXEQUIBILIDADE DE ACORDOS RESULTANTES DA MEDIAÇÃO DE LITÍGIOS DE CONSUMO, <i>Isabel Alexandre</i>	519
A TUTELA DO CONSUMIDOR MENOR À LUZ DO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DIGITAIS (DIGITAL SERVICES ACT), <i>Joana Costa Lopes</i>	543
A IMPORTÂNCIA DAS AUTARQUIAS LOCAIS NA PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES EM PORTUGAL, <i>Jorge Morais Carvalho</i>	575
RENEGOCIAÇÃO E MODIFICAÇÃO UNILATERAL DE CONTRATOS DE CRÉDITO. TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO, <i>M. Januário da Costa Gomes</i>	597
A SUPERAÇÃO DO ARGUMENTO DO “MERO ABORRECIMENTO” PROMOVIDA PELA TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR NA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA, <i>Marcos Dessaune</i>	635
LOOT BOXES: O VERDADEIRO JOGO DOS VIDEOJOGOS PORTUGAL: QUE SOLUÇÕES?, <i>Marisa Dinis</i>	661
A VENDA DE COISAS DEFEITUOSAS NO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO – ENTRE A AUTONOMIA DO DIREITO DO CONSUMO E A UNIDADE DO SISTEMA DO DIREITO PRIVADO, <i>Nuno Manuel Pinto Oliveira</i>	695
POR UMA DELIMITAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA COMO CLÁUSULA GERAL DOS CONTRATOS DE CONSUMO, <i>Renata Oliveira Almeida Menezes</i>	743
EMPREITADA DE BENS DE CONSUMO, <i>Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde</i>	761
PRÁTICAS COMERCIAIS ONLINE: QUE TRANSPARÊNCIA PARA O CONSUMIDOR?, <i>Rute Couto</i>	795
A TUTELA E A CAPACITAÇÃO DO CONSUMIDOR PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: LINHAS GERAIS DO QUADRO EUROPEU E SEUS REFLEXOS NO ORDENAMENTO LUSO, <i>Susana Almeida</i>	825
NOTAS SOBRE O CONCEITO DE “CONSUMIDOR MÉDIO” NO DIREITO DE MARCAS: A RELEVÂNCIA DA DIMENSÃO EMPÍRICA, <i>Vítor Palmela Fidalgo</i>	859